

the 1990s, the number of people aged 65 and over in the United States is projected to increase from 20 million to 35 million.

As the number of people aged 65 and over increases, the number of people aged 75 and over is also expected to increase. In 1990, there were 10 million people aged 75 and over in the United States. By 2010, this number is projected to increase to 15 million.

The increase in the number of people aged 75 and over is expected to be driven by the increase in the number of people aged 65 and over. In 1990, there were 10 million people aged 65 and over in the United States. By 2010, this number is projected to increase to 35 million.

The increase in the number of people aged 65 and over is expected to be driven by the increase in the number of people aged 55 and over. In 1990, there were 10 million people aged 55 and over in the United States. By 2010, this number is projected to increase to 35 million.

The increase in the number of people aged 55 and over is expected to be driven by the increase in the number of people aged 45 and over. In 1990, there were 10 million people aged 45 and over in the United States. By 2010, this number is projected to increase to 35 million.

The increase in the number of people aged 45 and over is expected to be driven by the increase in the number of people aged 35 and over. In 1990, there were 10 million people aged 35 and over in the United States. By 2010, this number is projected to increase to 35 million.

The increase in the number of people aged 35 and over is expected to be driven by the increase in the number of people aged 25 and over. In 1990, there were 10 million people aged 25 and over in the United States. By 2010, this number is projected to increase to 35 million.

The increase in the number of people aged 25 and over is expected to be driven by the increase in the number of people aged 15 and over. In 1990, there were 10 million people aged 15 and over in the United States. By 2010, this number is projected to increase to 35 million.

The increase in the number of people aged 15 and over is expected to be driven by the increase in the number of people aged 5 and over. In 1990, there were 10 million people aged 5 and over in the United States. By 2010, this number is projected to increase to 35 million.

The increase in the number of people aged 5 and over is expected to be driven by the increase in the number of people aged 0 and over. In 1990, there were 10 million people aged 0 and over in the United States. By 2010, this number is projected to increase to 35 million.

The increase in the number of people aged 0 and over is expected to be driven by the increase in the number of people aged 0 and over. In 1990, there were 10 million people aged 0 and over in the United States. By 2010, this number is projected to increase to 35 million.

enriquecer a tradicional pobreza conceptual do historiador, considerado incapaz de formular teorias próprias e de formar conceitos fecundos.

E, finalmente, a Teoria da História confunde-se muitas vezes com a Metodologia da História, quando esta é encarada como uma espécie de receituário acerca de como se deve escrever história. A normatividade imperaria assim nas duas disciplinas, imbricadas uma na outra: conhecedor da receita correta, o historiador não poderia errar no seu trabalho. Bastaria conhecer um certo número de regras, e a elas obedecer, para a sua produção se poder denominar científica, um pouco à maneira como, no séc. XVII, Boileau escreveu a sua *Arte Poética* para ensinar as regras de bem escrever poesia.

Hoje a Teoria da História aproxima-se cada vez mais da Teoria ou Filosofia da Ciência, muito embora o seu interesse se concentre naquelas áreas que não atraíram inicialmente os filósofos da ciência da década de 30. Não é tanto uma Filosofia da Física ou da Matemática que interessa o teórico da História, mas sim uma Filosofia da Biologia, da Psicologia, da Economia, etc. De qualquer modo, a Teoria da História não pode ignorar os problemas gerais da Filosofia da Ciência, se quiser elaborar adequadamente a problemática referente à sua disciplina.

Há ainda a acentuar uma diferença fundamental entre o panorama atual da Filosofia da Ciência e aquele que se apresentava há uns quarenta anos atrás: hoje o próprio cientista começa a debruçar-se sobre a sua prática e a pensá-la, não abandonando tal atividade para o filósofo. Basta lembrar Jean Piaget no campo da Psicologia, Raymond Boudon no da Sociologia e Paul Veyne no da História. E se refiro estes nomes e não os de Noam Chomsky ou B. F. Skinner, é porque aqueles se preocupam não apenas com a *sua* prática, mas também com a prática científica da comunidade a que pertencem.

A Teoria da História, tal como a Filosofia da Sociologia ou a Filosofia da Psicologia, debruça-se sobre a produção atualmente divulgada pela comunidade dos historiadores e, exatamente porque recorre à noção de “comunidade científica”,² esta disciplina vê-se obrigada a distinguir cuidadosamente as obras escritas por pesquisadores profissionais daquelas outras produzidas com fins didáticos ou cultu-

(2) — Sobre a noção de comunidade científica ver principalmente Thomas S. Kuhn, *The Structure of Scientific Revolutions* (2ª ed., Chicago, 1973). Existe tradução brasileira editada em S. Paulo, pela editora Perspectiva, em 1975.



muitos dos quais preferem vê-la como uma *missão*, cultural ou política ³

Delimitado assim o material de análise, vejamos agora qual é a problemática da Teoria da História, quer na França quer no mundo anglo-saxônico, dado que a Alemanha, devido a uma tradição filosófica e cultural distinta, segue uma trilha diferente. ⁴

1. *O território do historiador*

Como escreve Paul Veyne, a História com maiúscula não existe; existem apenas “histórias de .”. Ora os determinativos podem ser hoje os mais variados e na verdade, se atentarmos na produção histórica atual, a variedade vai desde a história do clima à história da criminalidade, da família, do sentimento perante a morte, da loucura ou da sexualidade. Não esquecendo ainda a história do voto ou da alfabetização, que surgem lado a lado com as habituais análises de preços, ou dos partidos políticos, ou dos grupos sociais. O historiador sente-se hoje totalmente livre de escolher o campo de pesquisa que lhe aprouver, de o recortar a seu belo prazer, a ponto de Lévi-Strauss comentar muito a propósito, em *La pensée sauvage*, que a história não tem um objeto próprio; de Paul Veyne dizer também que, se tudo é histórico, então nada é especificamente histórico; e de Jean Piaget se interrogar, em *L'épistémologie des sciences humaines*, se a história não está em vias de perder a sua especificidade para se tornar apenas a dimensão diacrônica das demais ciências.

O território do historiador não se encontra portanto delimitado de uma vez para sempre, com contornos seguros. As suas fronteiras são movediças, ora mais amplas ora mais fechadas, ora mais dilatadas para um lado, ora para o outro. A questão inicial, o que é histórico, o que não é histórico, deixa de ser problemática se admitirmos que tudo é histórico e não procurarmos *justificar* o recorte que fazemos nesse território ilimitado que é o do historiador. Como escreve Veyne,

(3) — Isto não significa que não haja hoje em França quem despreze a profissionalização do historiador. Basta ler o livro de Jean Chesneaux, *Du passé faisons table rase? A propos de l'histoire et des historiens* (Paris, Maspero, 1976), em que o autor critica as reflexões sobre a história publicadas pelos historiadores franceses “*toujours à l'intérieur du discours intellectuel et du territoire de l'historien*” (prefácio)

(4) — Depois dos trabalhos de Raymond Aron, nomeadamente do seu *Essai sur la théorie de l'histoire en Allemagne contemporaine* (2ª ed., Paris, 1950), foi Julien Freund quem mais estudou em França essa tradição germânica em relação às ciências humanas. No prefácio de *Les théories des sciences humaines* (Paris, 1973) justifica a preponderância dos autores alemães no seu trabalho pelo fato de o estatuto das ciências humanas ter constituído um dos temas principais da discussão filosófica naquele país.

The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that every entry should be supported by a valid receipt or invoice. This not only helps in tracking expenses but also ensures compliance with tax regulations. The document further outlines the process of reconciling bank statements with the company's ledger to identify any discrepancies. It stresses the need for regular reviews and audits to prevent errors and fraud. The second part of the document provides a detailed breakdown of the company's financial performance over the last quarter. It includes a comparison of actual results against budgeted figures and identifies key areas of variance. The analysis highlights the company's strong performance in sales and marketing, while also noting challenges in the production and distribution departments. The document concludes with a summary of the overall financial health and a set of recommendations for future improvement.



The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that every sale, purchase, and payment should be properly documented to ensure transparency and accountability. This includes keeping receipts, invoices, and bank statements in a secure and organized manner.

Next, the document outlines the various methods used for collecting and analyzing data. It describes how different types of information are gathered, such as through surveys, interviews, and direct observation. The analysis process involves identifying patterns, trends, and correlations within the data set, which helps in making informed decisions and predictions.

The document also addresses the challenges associated with data collection and analysis. It highlights issues such as data quality, bias, and incomplete information. Strategies are provided to mitigate these challenges, including using multiple data sources, implementing quality control measures, and being transparent about the limitations of the data.

In conclusion, the document stresses the value of a systematic and rigorous approach to data collection and analysis. It encourages ongoing evaluation and improvement of the data management process to ensure that the information gathered is reliable and useful for decision-making.

sos.¹⁰ Não há dúvida de que os clássicos como Popper, Hempel, Nagel, e mesmo Toulmin, examinam basicamente o papel das teorias na Física, mas já há autores como Mario Bunge, R. A. H. Robson, Raymond Boudon, que examinam a questão em relação às ciências humanas, e nomeadamente à Sociologia.¹¹

As perguntas que surgem são fundamentalmente estas: o que é uma teoria? Como se distingue uma teoria de um paradigma, de um modelo? Quais as relações entre teoria e lei? Como se distingue uma teoria científica de uma outra que é fruto apenas da imaginação criadora de um cientista? Como se testa uma teoria? Como se pode refutar uma teoria? Quando é que uma teoria se pode dizer corroborada pela experiência ou, por outras palavras, quais as relações entre teoria e observação?

Para o historiador que, numa posição que poderíamos denominar “sociologista”, procura apoio nas “teorias” sociológicas, convém saber que já em 1947 Ginsberg explicitava os seis tipos de generalizações que se encontram em ciências sociais:¹²

- 1 — Correlações empíricas entre fenômenos sociais concretos (por exemplo, vida urbana e taxas de divórcio)
- 2 — Generalizações que formulam as condições nas quais as instituições ou outras formações sociais surgem (por exemplo, as várias explicações das origens do capitalismo)
- 3 — Generalizações que afirmam que as mudanças em determinadas instituições estão regularmente associadas com mudanças em outras instituições (por exemplo, a associação entre as mudanças na estrutura de classes e outras mudanças sociais na teoria de Marx)

(10) — Karl R. Popper, *The Logic of Scientific Discovery*, (7ª impressão), Londres, 1974; Ernest Nagel, *The Structure of Science. Problems in the Logic of Scientific Explanation*, Londres, 1974 (4ª impressão); Carl G. Hempel, *Philosophy of Natural Science*, New Jersey, 1966; Stephen Toulmin, *The Philosophy of Science*, Londres, 1969.

(11) — Ver Mario Bunge, *Teoria e realidade*, S. Paulo, 1974; R. A. H. Robson, “The Present State of Theory in Sociology”, in Lakatos, I. e Musgrave, A. (eds.) *Problems in the Philosophy of Science*, Amsterdão, 1968; Raymond Boudon, “Théories, théorie et Théorie”, in *La crise de la sociologie*, Genebra-Paris, 1971.

(12) — Citado por T. B. Bottomore, *Sociology. A Guide to Problems and Literature*, Nova Iorque, 1972, p. 34-5.

- 4 — Generalizações que afirmam as recorrências rítmicas ou sequências de fases de vários tipos (por exemplo, as tentativas para distinguir os “estádios” do desenvolvimento econômico, em Bücher, Schmoller e outros)
- 5 — Generalizações que descrevem as principais tendências na evolução da humanidade como um conjunto (por exemplo, a lei dos três estados de Comte, a teoria marxista do desenvolvimento da sociedade primitiva para a sociedade comunista, a teoria do desenvolvimento social de Hobhouse)
- 6 — Leis que afirmam as implicações de postulados acerca do comportamento humano (por exemplo, algumas leis na teoria econômica)

Ora, como comenta Bottomore a respeito desta tipologia, estes tipos de generalização variam muito quer de amplitude quer de nível, e diferem também quanto à sua validação. As do primeiro tipo são generalizações empíricas e muitas podem-se considerar bem estabelecidas, mas não foram incorporadas num sistema de leis de modo a constituir uma teoria científica. Deve dizer-se de passagem que o historiador brasileiro, sociologista, não demonstra o menor interesse por estas generalizações empíricas, ao passo que o historiador comumente tachado de “positivista” procura, no seu trabalho concreto, conhecer estas correlações estabelecidas pelos sociólogos. Esta última atitude corresponde aquilo que denominei o contato pontual entre as duas disciplinas. Quanto às generalizações do tipo 2 e 3, elas constituem mais formulações de *tendências* do que propriamente leis universais, no sentido apontado por Popper. Por outro lado, as generalizações de tipo 4 e 5 não constituem na verdade generalizações teóricas; são uma mistura de enunciados descritivo-históricos e interpretações. E finalmente as generalizações do tipo 6 ocorrem sobretudo em Economia, pois em Sociologia questionam-se os próprios postulados acerca do comportamento humano.

Pouco anos depois de Ginsberg, Robert K. Merton denunciou a polissemia do termo *teoria* em Sociologia e mais recentemente Raymond Boudon, Paul Lazarsfeld e R. A. H. Robson voltaram a examinar a questão, que permanece em aberto, apesar da firme crença que a Sociologia é uma ciência “teórica”. É difícil encontrar, na literatura sociológica, exemplos de teorias no sentido restrito da palavra, isto é, como “um conjunto de proposições gerais, interrelacionadas, que procuram explicar as uniformidades empíricas e das quais se podem deduzir novas hipóteses para teste empírico”, diz Robson.¹³

(13) — *Ob. cit.*, p. 349.

O mais conhecido “teórico” da Sociologia norte-americana, Talcott Parsons, referindo-se à sua teoria geral da ação, prefere falar de “um sistema generalizado de categorias teóricas”, de “uma estrutura de elementos conceptuais”, de “um sistema teórico” e de “um esquema conceptual”, do que usar a palavra teoria. E com razão. O que se encontra na sua obra é um conjunto de postulados muito gerais: toda a ação humana se dirige para fins; toda a ação humana implica seleção entre orientações e respostas alternativas. Além destes postulados, o que se encontra na sua obra é um conjunto de conceitos, “um quadro conceptual”. Aliás a maioria desses conceitos apresenta problemas consideráveis para o pesquisador por causa das definições vagas e da dificuldade em estabelecer definições operacionais. Como veremos mais adiante, ao abordar a questão da importação conceptual pelo historiador, um conceito não operacional de nada serve na pesquisa histórica.

Se a Teoria da História incluir no seu programa de estudos a análise do papel das teorias nas várias ciências atualmente existentes, se constatar a impropriedade com que o termo é empregado justamente naquela disciplina onde o historiador julga poder encontrar maior apoio teórico, certamente levará o pesquisador a interrogar-se: desempenharão na verdade as teorias, mesmo as importadas, algum papel na produção histórica atual? Esta resposta só pode ser dada depois de uma ampla investigação acerca daqueles historiadores que declaram explicitamente utilizar nos seus trabalhos esta ou aquela teoria e quando tal teoria se encontra claramente formulada, pois cumpre inquirir se se trata na verdade de uma teoria, no sentido próprio da palavra, e se ela é científica, isto é, sujeita a refutação ou a corroboração empírica.

Embora a Teoria da História ainda não tenha procedido a essa investigação sistemática na obra dos historiadores atuais, dois autores pelo menos já recusaram às teorias qualquer papel na produção histórica: Popper encontra nela apenas “pontos de vista”, “interpretações”; Paul Veyne, embora reconhecendo o esforço de alguns historiadores, nomeadamente daqueles que fazem história econômica, para importarem teorias econômicas que possam servir de bússola às suas pesquisas, considera infrutíferas estas tentativas.¹⁴

4. Formação ou importação de conceitos?

Num texto que se tornou clássico, *Fundamentals of Concept Formation in Empirical Science*, Hempel escreve que, nos estádios

(14) — K. R. Popper, *The Poverty of Historicism*, Londres, 1972, pp. 151-2; Paul Veyne, *Comment on écrit l'histoire. Essai d'épistémologie*, Paris, 1971, cap. VII.

The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that every entry, no matter how small, should be recorded to ensure the integrity of the financial data. This includes not only sales and purchases but also expenses and income. The document provides a detailed list of items that should be tracked, such as inventory levels, accounts payable, and accounts receivable. It also outlines the procedures for recording these transactions, including the use of double-entry bookkeeping to ensure that the books balance.

The second part of the document focuses on the analysis of the financial data. It explains how to calculate key financial ratios and metrics, such as the gross profit margin, operating profit margin, and return on investment. These metrics are used to evaluate the performance of the business and to identify areas for improvement. The document also discusses the importance of comparing the company's performance to industry benchmarks and to its own historical performance.

The third part of the document deals with the preparation of financial statements. It provides a step-by-step guide to the preparation of the income statement, balance sheet, and cash flow statement. It also discusses the importance of auditing the financial statements to ensure their accuracy and reliability. The document concludes with a summary of the key points and a final note on the importance of regular financial reporting.



pos de conceitos o historiador usa mais frequentemente no seu trabalho, quando não se limita a aplicar mecanicamente, e às vezes de uma maneira extremamente vaga, conceitos transplantados de outras áreas das ciências humanas. Abundam, na produção histórica atual, afirmações como esta do medievalista Jacques Le Goff: “O historiador da Idade Média tem de admitir que os conceitos de recalque e de repressão são indispensáveis ao estudo da Idade Média. O simbolismo é a representação de tendências recalçadas. O sonho desempenha um papel considerável na Idade Média.”²¹ Mas este tipo de afirmação não é acompanhado, na literatura histórica, por aquilo que se poderia denominar a preocupação com a operacionalidade dos conceitos utilizados pelo pesquisador e que se encontra bem explícita, do lado da Sociologia, na obra de Paul Lazarsfeld: “Uma das principais tarefas da pesquisa social empírica é traduzir os conceitos em índices”²¹

5. *A explicação histórica*

O problema da explicação nas ciências históricas constitui o fulcro das preocupações dos epistemólogos anglo-saxônicos, em decorrência daquilo a que se convencionou denominar a teoria Popper-Hempel da explicação científica. Mas, se nos voltarmos para os historiadores brasileiros, que tantas vezes reclamam contra aquilo que apelidam pejorativa e nebulosamente de história “positivista”, ou seja, uma história puramente “descritiva” e não “explicativa” como aquela que julgam escrever, observamos o contrasenso de não haver qualquer tentativa de clarificação do que seja *explicar*, quando, do lado da Sociologia, Raymond Boudon dedicou um trabalho inteiro à lógica da explicação sociológica.²² Tudo se passa como se, alegando por um lado serem historiadores e não filósofos, mas querendo por outro lado fazer história “explicativa”, os historiadores brasileiros se contentassem com uma noção de explicação própria do senso comum ou estivessem certos de possuir a receita mágica para escrever história explicativa, quando os demais historiadores não são capazes de superar a pura descrição. A ausência de um exame cuidadoso (como o fazem os epistemólogos anglo-saxônicos) do que seja explicação nas ciências em geral e na história em particular, só pode significar, da parte dos historiadores brasileiros, ou uma ignorância da diferença entre a ex-

(20) — “Les méthodes de l’histoire et les sciences humaines à propos du Moyen Age” in *Aujourd’hui l’histoire*, Paris, 1974.

(21) — Sobre esta questão ver *Qu’est-ce que la sociologie?*, Paris, 1970, pp. 20-24.

(22) — A edição francesa data de 1971, e a inglesa, *The Logic of Sociological Explanation*, de 1974.

plicação do senso comum e a explicação científica, ou a crença de que possuem a fórmula explicativa correta.

A Teoria da História debruça-se necessariamente sobre o binômio descrição/explicação, examina nas obras dos historiadores atuais aquilo que eles oferecem como explicação, e atenta também naquilo que se apresenta como meros enunciados descritivos, sem qualquer pretensão explicativa.

Aliás a própria noção de descrição se transformou, não sendo possível hoje concebê-la como a pura cópia dos dados. Na área das ciências históricas, talvez tenha sido sobretudo graças aquilo que em França se denomina história serial que o historiador tomou consciência de que o dado afinal não é dado simplesmente, mas sim construído também e que exige, da parte do cientista, um esforço criador tão grande como a formação de conceitos ou a construção de teorias.

Por outro lado, filósofos da ciência como Stephen Toulmin colocam em questão o princípio de que não há ciência sem explicação, pois constatam que no panorama científico atual tal não acontece: “Nem é mesmo exato que todas as ciências tentem dar explicações. Há ciências biológicas que são muito mais terapêuticas ou classificatórias, e que conseguem tratar ou classificar objetos que elas de modo algum pretendem explicar”²³

Concluindo, a fim de dissipar a ambiguidade em torno de um campo de estudos como é o da Teoria da História, compete a cada pesquisador nesta área delimitar cuidadosamente quer o seu material de análise quer a problemática a ser investigada, problemática esta que, como seria de esperar uma vez que esta disciplina acompanha de perto a prática dos historiadores nas várias áreas, está em perpétuo devir, tal como esta prática. De momento cumpre acentuar primeiro aquilo que a Teoria da História *não* é: não é uma Filosofia da História, no sentido de uma história das várias concepções acerca do devir das sociedades humanas; não é um apêndice ou uma disciplina subsidiária da teoria sociológica; não é uma disciplina normativa, ou seja, um conjunto de regras de bem escrever história.

A teoria da História situa-se no amplo contexto da Filosofia da Ciência e da Epistemologia de cada ciência particular, e examina a prática da comunidade científica dos historiadores, comparando-a com a prática das demais comunidades e atentando nas relações que com elas mantém. Pode dizer-se que, de momento, as questões que

(23) — Edição francesa de *Foresight and Understanding* publicada com o título *L'explication scientifique* (Paris, 1973), p. 23.

ocupam mais constantemente os teóricos são aquelas que passei rapidamente em revista neste artigo: a análise do território do historiador, os contatos reais mantidos com pesquisadores de outras áreas científicas, o papel das teorias e a polissemia deste termo nas ciências humanas, a conceptualização, a explicação e a descrição.

Departamento de História, Universidade de São Paulo